

O Momento da Europa Avançar

George Joffé

O processo de paz do Médio Oriente está a desmoronar-se. A posição pró-israelita dos EUA dificulta-lhes cada vez mais a tarefa de mediação. É o momento certo para a Europa deixar de arrastar os pés e oferecer-se como um novo interlocutor, objectivo e equilibrado. Irá a União Europeia perder mais esta oportunidade?

Um dos aspectos mais surpreendentes do recente colapso do processo de paz do Médio Oriente foi a postura relativamente discreta adoptada pela União Europeia. Javier Solana, o novo secretário-geral da UE para a política externa e de segurança comum, foi, é certo, um dos participantes da cimeira de Sharm el-Sheik que, em meados de Outubro, tentou salvar tanto o processo de paz como a reputação do Presidente norte-americano Bill Clinton. No entanto, para além de palavras emolientes, ele tinha pouco mais a dizer excepto que a paz e as negociações eram objectivos louváveis e que ambos tinham que ser restaurados no cada vez mais amargo confronto entre israelitas e palestinianos – mas, ao contrário do secretário-geral das Nações Unidas Kofi Annan, nem sequer conseguiu ser incluído na comissão de inquérito dominada pelos americanos destinada a elucidar sobre as causas da crise.

Mas Solana estava apenas a seguir uma conhecida tradição estabelecida pelo embaixador extraordinário da UE para o processo de paz, Miguel Moratinos, que, durante anos, percorreu de forma pouco eficaz os corredores do poder no Médio Oriente, procurando fazer uma contribuição diplomática gratuita para a iniciativa dominada pelos americanos. Sabe-se que as suas intervenções bem intencionadas provocaram por vezes a cólera de Israel, e ele nunca foi capaz de oferecer uma verdadeira ajuda aos palestinianos, apesar das esperanças vãs destes de que, eventualmente, a Europa avançasse para reparar a assimetria num processo negocial em que os EUA tanto têm investido.

Houve iniciativas nacionais e individuais da parte da Europa, mas pouco ajudaram a restabelecer o equilíbrio. Desde a calamitosa campanha pré-eleitoral de Shimon Peres contra o Sul do Líbano em 1996, conhecida como “Vinhas da Ira”, o Presidente francês Jacques Chirac tentou estabelecer uma presença francesa separada e pró-árabe nas questões do Médio Oriente – para grande irritação dos americanos e israelitas. Chirac conseguiu que a França fosse um dos cinco membros da comissão de controlo do acordo israelo-libanês relativo à violação de fronteiras e, além disso, Paris tem assumido uma posição cada vez mais independente no caso do Iraque, ao mesmo tempo que força a consenso europeu de não-intervenção na crise na Argélia.

Também a Noruega tem continuado a proteger a sua criação, a cada vez mais doente iniciativa de Oslo, que está na origem do actual processo de paz, mas mesmo aqui – à excepção do sempre optimista Tere Per-Larsen, agora encarregue da vigilância das relações entre Israel e o Líbano para as Nações Unidas – os diplomatas noruegueses começam a questionar se a sua intervenção inicial que conduziu ao processo de Oslo, no início dos anos 90, não serviu na realidade para instrumentalizar as ambições israelitas à custa dos palestinianos.

Não há dúvidas de que a União Europeia desempenhou um papel significativo em todo o processo de paz, mas apenas em apoio da iniciativa americana. Bruxelas contribuiu com pelo menos 500 milhões de dólares para apoiar a Autoridade Palestiniana e o desenvolvimento de projectos nos territórios ocupados, e alguns países europeus individualmente contribuíram muito mais.

A Autoridade Palestiniana negociou um acordo de livre comércio, no âmbito do processo de Barcelona, com a Comissão Europeia – mas não pode entrar em vigor enquanto não houver paz entre Israel e os palestinianos! A Comissão agitou também o seu dedo disciplinar a Israel por causa de um escândalo que envolvia a identificação incorrecta de sumo de laranja, mas nada aconteceu, tal como nada tinha acontecido nos anos 80 quando Israel, de forma deliberada, interferiu com as tentativas da UE para comercializar directamente com os territórios palestinianos.

O comissário Patten recebeu igualmente um relatório elaborado pela sua equipa especificando o que a UE tenciona fazer depois da paz ter sido assinada – e tem havido um optimismo bastante absurdo nos últimos meses por parte da Comissão, que parece convencida de que uma paz duradoura está já ao virar da esquina. De acordo com este plano, a Europa vai reconstruir a infra-estrutura do novo Estado palestiniano, vergonhosa e deliberadamente ignorada por Israel durante toda a ocupação desde 1967; vai reconstruir o Líbano, e vai contribuir significativamente para a reconstrução da Síria, assim como para o realojamento dos refugiados. Espantosamente, tudo isto custa apenas mil milhões de dólares, quase todos dirigidos à Síria uma vez que a reconstrução palestiniana e libanesa deverá ser financiada pelo sector privado ou retirada de programas já existentes, apesar da incapacidade da União para sequer desenbolsar os fundos já existentes no quadro do programa MEDA!

A razão pela qual os investidores privados gostariam de se envolver neste processo não é clara, embora haja propostas para uma conferência destinada a ultrapassar esta dificuldade. A Comissão tem também planos ambiciosos para ajudar a Autoridade Palestiniana nas suas tarefas de segurança, quer através de serviços secretos, apoio policial ou ajuda militar, planos que parecem terem sido elaborados ignorando completamente a insistência de Israel, com o apoio dos EUA, no facto de que um Estado palestiniano não deverá ter capacidade militar!

É certo que a União Europeia está muito longe da sua posição em 1980 quando, na Declaração de Veneza, apelou à auto-determinação palestiniana, convencendo assim Israel de que não seria aceite como parceiro em nenhum processo de paz, uma situação que acabou mais tarde por aceitar humildemente. Embora, teoricamente, tanto a União como os Estados membros apoiem as resoluções 242 e 338 das Nações Unidas, que insistem na retirada israelita dos territórios ocupados, na realidade a aceitação da visão americana de um novo Médio Oriente, dominado por Israel, significa que o princípio da paz em troca de territórios está cada vez mais subordinado à aceitação dos termos ditados pelo parceiro mais forte do processo de paz, Israel – e isso foi, afinal, o que conduziu à actual situação calamitosa. E no entanto, o mundo árabe tem implorado, com uma frequência cada vez maior, para que a UE assumira uma posição mais uniforme e faça frente às consequências nefastas da parcialidade americana.

Efectivamente, a actual situação oferece à Europa, mais uma vez, a oportunidade de fazer uma intervenção significativa perante a passividade americana, dada a aproximação das eleições presidenciais e a perspectiva de uma nova Administração que, seja quem for que vença, pelo menos no que diz respeito ao Médio Oriente continuará a seguir a polícia desequilibrada e pró-israelita da Administração precedente.

A Europa tem até à sua disposição o embrião de um mecanismo colectivo através do qual poderia fazer isso – a política externa e de segurança comum, e a rede de

segurança do processo de Barcelona. Tem também uma pressão interna no crescente desconforto europeu perante os abusos de direitos humanos e a injustiça flagrante da actual situação, para não falar da cada vez maior população muçulmana da Europa, que irá cada vez mais juntar a sua voz à da opinião pública. Tem até poder económico, mesmo que não tenha militar, porque é de longe o maior parceiro comercial do Médio Oriente e de Israel.

Mas, infelizmente, é pouco provável que alguma coisa aconteça porque, para além da prudência que existe em Bruxelas em relação a tudo o que possa aborrecer os EUA – a menos que envolva bananas, fusões ou o acesso ao lucrativo mercado americano de transportes aéreos – vários Estados europeus, nomeadamente a Grã-Bretanha e a Alemanha, irão opôr-se a qualquer iniciativa que perturbe Washington.

E no entanto, na actual fase, um novo interlocutor, que seja objectivo e equilibrado, é essencial para que possa haver uma solução efectiva e duradoura para os problemas do Médio Oriente, e a Europa seria a escolha óbvia. É uma tragédia que não possa aceitar o desafio.